

TERMO DE REFERÊNCIA	DOD N° 55/2022
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM.</p> <p>CNPJ nº: 03.183.937/0001-38</p> <p>Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795.</p> <p>Cidade: Manaus Estado: Amazonas</p> <p>Equipe de Planejamento da Contratação:</p> <p>Luana Coimbra da Rocha – Gerente GECONT.</p> <p>Fabian Rodrigues Costa – Coordenador GECONT.</p> <p>Márcia Melo Pereira Pinheiro – Coordenadora GECONT.</p> <p>Aldamir Gadelha – Assessor GETEC.</p> <p>Helyamara Silva de Medeiros - Especialista de Fomento GERAD.</p>	
2. OBJETO	
<p>2.1. Produto ou serviço a ser contratado:</p> <p>2.1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Auditoria Independente, semestral e anual, com emissão de relatórios específicos para atender às necessidades da AFEAM, pelo período de 12 (doze) meses.</p>	
2.2. Característica do Objeto	
2.2.1. O Objeto, serviços contínuos de Auditoria Independente, é considerado comum.	
2.3. Subcontratação	
2.3.1. Não será realizada a subcontratação do objeto.	
3. JUSTIFICATIVA	
<p>3.1. A contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de Auditoria Independente semestral e anual, com emissão de relatórios específicos sobre as seguintes áreas: tributária, controles internos e gerenciamento de riscos, classificação dos níveis de risco das operações de crédito, TI e demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A – AFEAM e do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - <i>FMPES</i>, em consonância com legislações pertinentes a Instituições Financeiras e Fundos Públicos, é imprescindível para o perfeito funcionamento da AFEAM.</p> <p>3.2. A contratação do serviço contínuo de Auditoria Independente se faz necessária em razão das atividades desenvolvidas pela AFEAM como Instituição Financeira, e administradora do Fundo, que tem a obrigatoriedade de contratar auditor independente que realize inspeções periódicas em suas atividades bem como revisão e monitoramento dos seus controles internos e checagem de suas demonstrações contábeis, em obediência à legislação vigente.</p> <p>3.3. A contratação está alinhada com a política e normas administrativas da instituição, A realização da</p>	

despesa dessa contratação está prevista no Planejamento Estratégico e no Plano Orçamentário da AFEAM, na conta Principal 8.1.7.63.00.000 – DESPESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO

4.1 Especificações e quantidades:

Ordem	Código CATMAT / CATSER	Descrição
01	680	AUDITORIA EM ÁREA CONTÁBIL - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de Auditoria Independente, semestral e anual, com emissão de relatórios específicos para atender às necessidades da AFEAM pelo período de 12 (doze) meses.

4.1.2. Os serviços contínuos de Auditoria Independente, semestral e anual, com emissão de relatórios específicos, deverão ser executados por empresa capacitada, experiente e especializada na atividade e que possa comprovar os requisitos constantes do Item 15 deste Termo de Referência.

4.1.3. O serviço contínuo de Auditoria Independente, semestral e anual, com emissão de relatórios específicos a ser contratado será distribuído conforme abaixo, para efeito de composição da proposta a ser enviada pelos licitantes:

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor por Semestre (R\$)	Valor Total (12 meses) (R\$)
1	Prestação de serviços contínuos de Auditoria – Serviços técnicos de Auditoria Independente, semestral e anual, com emissão de relatórios específicos sobre as áreas: Tributária, Controles Internos e Gerenciamento de Riscos, Classificação dos Níveis de Risco das Operações de Crédito, TI e Demonstrações Contábeis da AFEAM e do FMPEs.	Serviço	1	-	-
Valor Total para 12 meses (em R\$)					
Valor Total para 12 meses (por extenso)					

4.1.4. Os serviços contínuos de Auditoria Independente deverão ser realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910, de 27/5/2021, Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021, Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e alterações, Lei Estadual nº 2.826, de 29/09/2003 e alterações, e demais normativos dos órgãos regulamentadores que tratam do assunto, bem como suas alterações posteriores.

4.1.5. Os serviços abrangerão, basicamente, as avaliações: tributária, controles internos e gerenciamento de risco, classificação dos níveis de risco operações de crédito, sistemas de processamento de dados e Auditoria das Demonstrações Contábeis AFEAM e FMPEs, discriminados a seguir:

4.1.5.1. **Avaliação da área tributária:** proceder à avaliação da área tributária, com a emissão de relatório específico semestral, contendo, pelo menos: manifestação quanto à adequação dos procedimentos para a constituição e manutenção dos ativos e passivos fiscais, correntes ou diferidos, quando houver, inclusive no que se refere às premissas utilizadas para a elaboração e revisão do estudo técnico sobre manutenção do ativo fiscal diferido (Resolução CMN nº 4.842, de 30/07/2020); manifestação sobre constituição e recolhimento dos tributos diversos; manifestação sobre declarações a serem transmitidas à Fazenda Pública; recomendações para

adoção de medidas corretivas cabíveis, quando for o caso; demais constatações encontradas, indicando inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria.

- 4.1.5.2. **Avaliação dos controles internos e gerenciamento de risco (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021):** proceder à avaliação da qualidade e adequação do sistema de Controles Internos e Gerenciamento de Risco, observada a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pela Agência: ambiente de controle, identificação e avaliação de riscos, controles, informações e comunicações, monitoramento e aperfeiçoamento, e deficiências identificadas, com recomendações de melhorias e/ou adoção das medidas corretivas cabíveis, quando for o caso.
- 4.1.5.3. **Avaliação dos critérios de classificação dos níveis de risco operações de crédito (Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999):** proceder a avaliação/revisão dos critérios adotados pela AFEAM e pelo FMPES, com a emissão de relatório específico semestral, quanto à classificação nos níveis de risco das operações de crédito contratadas e avaliação do provisionamento registrado nas Demonstrações Contábeis.
- 4.1.5.4. **Avaliação dos sistemas de processamento de dados (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021):** proceder à avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados, observados a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pela Agência: ambiente de controle, identificação e avaliação de riscos, controles, informações e comunicações, monitoramento e aperfeiçoamento, e deficiências identificadas, com recomendações de melhorias e/ou adoção das medidas corretivas cabíveis, quando for o caso.
- 4.1.5.5. **Auditoria das Demonstrações Contábeis AFEAM e FMPES:** proceder a auditoria nas Demonstrações Contábeis semestrais conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade, tendo por objetivo a emissão de relatório de auditoria, incluindo opinião sobre as demonstrações contábeis; manifestar sobre possíveis soluções organizacionais e administrativas visando resolver os problemas detectados por ocasião das auditorias; conduzir a auditoria das Demonstrações Contábeis do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, que a AFEAM administra, nos mesmos parâmetros de exigência da AFEAM, devendo esse serviço ser feito de forma simultânea e coordenada com os serviços da AFEAM, de modo a evitar transtornos no cumprimento de prazos e nos compromissos com os comitentes do referido Fundo.
- 4.1.5.6. A auditoria contábil será realizada nos registros por processamento eletrônico de dados e em outros meios que, mantidos pela AFEAM, devam ser examinados para os fins propostos.
- 4.1.5.7. Os serviços deverão ser prestados semestralmente em conformidade com as normas de auditoria de reconhecimento geral, aplicáveis à auditoria de demonstrações contábeis de companhias fechadas e de Instituições financeiras (agências de fomento) e aplicáveis a Fundo Estadual de Desenvolvimento, de acordo com a legislação em vigor, considerando: a análise de normas, registros e documentos, visando os aspectos de natureza administrativa, legal e fiscal; a avaliação do sistema contábil, de controles internos, aplicáveis para efeito de auditoria; a avaliação de testes de segurança de sistemas em computador, com especial atenção àqueles integrados ao sistema de contabilidade, com apresentação de relatórios semestrais, comprovando a eficiência, eficácia e economicidade dos sistemas.
- 4.1.5.8. Os trabalhos de auditoria nas demonstrações contábeis da AFEAM e do FMPES, inclusive nos tributos, controles internos e gerenciamento de risco, processamento de dados, poderão ser executados “*in loco*” e/ou remotamente, por profissionais certificados para exercer auditoria em Instituições Financeiras, de acordo com as especificações estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- 4.1.5.8.1. Os trabalhos remotos deverão ser via TEAMS (Plataforma utilizada pela AFEAM);
- 4.1.5.8.2. A comunicação e solicitação de documentos deverá ser mediante e-mail;

4.1.5.8.3. A Auditoria CONTRATADA deverá disponibilizar uma área de cliente para que a CONTRATANTE possa fornecer as documentações necessárias. O acesso a essa área deverá ser mediante senha pessoal e intransferível, através dos navegadores EDGE, CHROME OU MOZILA e protocolo seguro HTTPS pela porta 443.

4.1.5.9. O Auditor Independente deverá estar presente, física e/ou remotamente (via Plataforma utilizada pela AFEAM descrita no subitem 4.1.5.8.1), na Assembleia Geral que tratar da aprovação das demonstrações contábeis para atender aos pedidos de esclarecimentos de acionistas, em cumprimento ao art. 134 da Lei nº 6.404, de 1976;

4.1.5.10. Os trabalhos deverão ser conduzidos em harmonia com as demais atividades da AFEAM, de modo a não causar transtornos no andamento normal de seus serviços e horários de trabalho estabelecidos pelas normas legais ou internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de materiais ou mão-de-obra.

4.1.5.11. Deverão ser apresentados os seguintes relatórios, em conformidade com os prazos e normas estabelecidos pelos órgãos regulamentadores e programação prévia ajustada com a AFEAM:

- a) Relatório específico semestral sobre as informações tributárias;
- b) Relatório sobre Controles Internos e Gerenciamento de Risco;
- c) Relatório de auditoria de controles internos sobre sistemas de processamento de dados;
- d) Relatório circunstanciado revisão dos critérios adotados pela AFEAM quanto à classificação nos níveis de risco das operações de crédito contratadas e avaliação do provisionamento registrado nas Demonstrações Contábeis;
- e) Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da AFEAM e do FMPES, relativas a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano;
- f) Relatório de auditoria de Escrituração Contábil Digital ECD e Escrituração Contábil Fiscal ECF;
- g) Relatório Circunstanciado AFEAM e;
- h) Relatório Circunstanciado FMPES.

4.1.5.12. Caso haja alterações nas legislações vigentes, os serviços de auditoria independente deverão ser prestados conforme nova legislação. Caso haja novas declarações ou informações a serem enviadas no âmbito da Fazenda Pública, os serviços serão incluídos automaticamente na avaliação da área tributária.

4.1.5.13. Os relatórios de Auditoria deverão ser apresentados semestralmente, em PDF, e encadernados em, no mínimo, 1 (um) exemplar contendo os relatórios/pareceres finais devidamente assinados, que poderá ser digitalmente, acompanhados de todas as peças contábeis em versão definitiva, bem como da Certidão de Regularidade Profissional do Contador responsável pela Auditoria, extraída do sítio do Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

4.2. Informar necessidade de visita técnica:

4.2.1. Não há necessidade de visita técnica.

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE

5.1. Modalidade de licitação:

5.1.1. Em razão do objeto ser uma prestação de serviço comum, será adotada a modalidade Pregão Eletrônico para a seleção do prestador do serviço.

5.2. Critério de julgamento das propostas:

5.2.1. O critério de julgamento será o de Menor Preço Global.
5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor
5.3.1. O critério de adjudicação será por item único.
5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços
5.4.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços.
5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios
5.5.1. É vedada a participação de consórcios.
5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas;
5.6.1. Será permitida a participação de cooperativas.
6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO
<p>6.1. Pelas características do objeto, não haverá necessidade de recebimento provisório do objeto;</p> <p>6.2. A gestão e a fiscalização do contrato consistirão na verificação da conformidade da sua escoreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, devendo ser exercida pelo gestor do contrato designado pela CONTRATANTE, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo, cabendo ao responsável legal ou preposto da CONTRATADA o acompanhamento dessas atividades;</p> <p>6.3. O recebimento definitivo do objeto se dará através da análise e aprovação dos seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Nota Fiscal correspondente aos serviços de Auditoria Independente, referente ao período em que o serviço foi prestado (1º ou 2º semestre); II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM; III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade.
7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
7.1. Orçamento sigiloso.
8. FORMA DE PAGAMENTO
<p>8.1. A CONTRATANTE pagará pelos serviços contínuos de Auditoria Independente, contratados e efetivamente prestados, em 02 (duas) parcelas, da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 1ª Parcela: até 10 (dez) dias após a entrega dos relatórios finais referentes ao Balanço do 1º semestre do ano (1º de janeiro a 30 de junho), conforme descrito no Item 4.1.4 e seus subitens, no valor equivalente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato; b) 2ª Parcela - até 10 (dez) dias após a entrega dos relatórios finais referentes ao Balanço do 2º semestre do ano (1º de julho a 31 de dezembro), conforme descrito no Item 4.1.4 e seus subitens, no valor equivalente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato; <p>8.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e atesto do fiscal técnico do contrato, que se dará mediante comprovação do recebimento definitivo do</p>

objeto, acompanhada dos relatórios elencados no Item 4.1.5.11.
9. REAJUSTE
<p>9.1. Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos do artigo 190 e ss. do RILC AFEAM:</p> <p>a) O prazo mencionado no subitem 9.1 será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir nos casos de reajuste.</p> <p>b) os preços acordados serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).</p> <p>9.2. Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos aos procedimentos constantes do artigo 200 do RILC AFEAM.</p>
10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA
<p>10.1. O prazo de execução do serviço será o mesmo prazo de vigência contrato, de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 71, da Lei nº 13.303, de 2016.</p>
11. REGIME DE EXECUÇÃO
<p>11.1. Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.</p>
12. AMOSTRAS
<p>12.1. Não se aplica por não haver compatibilidade com o objeto.</p>
13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
<p>13.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços se realizem com qualidade e eficácia, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;</p> <p>13.2. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório</p> <p>13.3. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;</p> <p>13.4. Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;</p> <p>13.5. Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;</p> <p>13.6. Fornecer, por exclusiva conta e responsabilidade, todo e qualquer material e equipamento necessários à execução do objeto do contrato, nas quantidades e características técnicas adequadas à necessidade;</p> <p>13.7. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante, bem como por toda e qualquer alteração relativa ao regime de tributação e incidência de impostos, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus ou ação judicial;</p> <p>13.8. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo</p>

- representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 13.9. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução;
- 13.10. Realizar a prestação dos serviços técnicos de auditoria independente descritos no Item 4 e subitens, deste Termo de Referência;
- 13.11. Entregar os documentos constantes do item 4.1.4 e subitens, obedecendo ao prazo estabelecido pelo BACEN e pela CONTRATANTE, sem prejuízo da CONTRATADA responder perante os órgãos fiscalizadores e em juízo, sobre danos que causar a terceiros, decorrentes de matérias técnicas sob sua responsabilidade;
- 13.12. Cumprir rigorosamente as condições constantes neste Termo de Referência e em edital, os quais serão parte integrante do futuro contrato;
- 13.13. Apresentar à AFEAM, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos do início da vigência do contrato relativo a presente licitação, cronograma das atividades a serem desenvolvidas, compatível com o prazo de entrega da documentação aos órgãos regulamentadores, desdobradas em etapas mensais, trimestrais e/ou semestrais e específicas em termos de homens/hora de trabalho, inclusive, com a carga horária total a ser utilizada em cada atividade;
- 13.14. Recrutar os empregados necessários à execução dos serviços objeto da licitação, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, sendo vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros das obrigações decorrentes dessa licitação;
- 13.15. Manter em dia todos os direitos pecuniários de seus empregados, tais como: horas extras indenizações e outras vantagens, de forma que os trabalhos não sejam prejudicados em função de reivindicações trabalhistas;
- 13.16. Efetuar os pagamentos de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, além de despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços previstos no Contrato;
- 13.17. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 13.18. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer fato que possa levar a limitação da aplicação de procedimento de auditoria determinado pelos normativos vigentes, visando à tomada de providências tempestivas pela CONTRATANTE para sanar o problema;
- 13.19. Manter entendimento com a CONTRATANTE, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços ou nas suas atividades;
- 13.20. Garantir a segurança e integridade dos documentos, responsabilizando-se por possíveis extravios, sujeitando-se à fiscalização da CONTRATANTE e às penalidades legais;
- 13.21. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto da licitação, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes da não observância deste preceito, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.
- 13.22. A substituição de qualquer profissional somente poderá ocorrer por outro de qualificação igual ou superior à do substituído, mediante prévia aprovação da CONTRATANTE e atendendo ao item 15.2 deste Termo de Referência;
- 13.23. A CONTRATADA deverá proceder à substituição do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, depois de emitidos pareceres relativos à, no máximo, 5 (cinco) exercícios sociais completos,

respeitando o limite de retorno após decorridos 3 (três) anos contados a partir da data de sua substituição (Art. 6º da Resolução BACEN nº 4.910/2021);

13.24. Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce, na assinatura de contrato ou em até 6 (seis) meses após a assinatura;

13.25. Homologada a licitação a empresa deverá encaminhar no prazo de até 10 (dez) dias úteis os documentos comprobatórios a seguir elencados:

13.25.1. Relação da Equipe técnica, composta de profissionais com formação e experiência, comprovada por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou outro documento hábil para que se preste a tal fim. Dentre os profissionais designados para as atividades, a CONTRATADA deverá dispor de pelo menos 2 (dois) com os seguintes perfis:

I. **Responsável Técnico/Contador**: experiência de pelo menos 05 (cinco) anos em auditoria contábil de instituições financeiras, nível superior completo, registro no respectivo Conselho Regional de Contabilidade – CRC e registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, sendo esse o perfil do responsável pelos relatórios que serão entregues à AFEAM, os quais deverão vir acompanhados da Certidão de Regularidade Profissional, extraída do sítio do Conselho Regional de Contabilidade – CRC (Serviço *on line* / DECORE/Certidão de Regularidade);

II. **Coordenador/Supervisor/Gerente Técnico**: experiência de pelo menos 03 (três) anos em gerenciamento de serviços de auditoria contábil em instituições financeiras, nível superior completo e registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

III. **Equipe Técnica**: Deverá ser composta de:

a) Profissionais com formação de nível superior na área de Ciências Contábeis, com experiência de pelo menos 02 (dois) anos em auditoria contábil de instituições financeiras e registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

b) Pelo menos um componente com especialização em Direito Tributário e com o perfil descrito na alínea “a”, acima.

13.25.1.1. A comprovação da experiência profissional descrita acima deverá ser comprovada, mediante a apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Nome da sociedade em que foram executados os serviços de auditoria contábil, CNPJ, endereço completo e telefone de contato do declarante/atestante;

b) Período e local de execução dos serviços; e

c) Natureza do serviço executado.

13.25.1.2. Será **obrigatório** apresentar além de Atestados de Capacidade Técnica de cada profissional:

a) Diploma de formação acadêmica de nível superior em Ciências Contábeis;

b) Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

c) Curriculum Vitae, devendo conter necessariamente:

c.1) Formação escolar;

c.2) Cargo ou categoria que desempenhará nos trabalhos de objeto desta licitação;

c.3) Experiência profissional, expressa em quantidade de tempo de serviço, no cargo ou categoria que desempenhará nos trabalhos objeto desta licitação;

c.4) Tempo de experiência na empresa proponente e no cargo;

c.5) Área de especialização, comprovada.

13.25.3. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação da capacitação técnica – profissional de que trata o item 13.25.1.1 e 13.25.1.2, deverão participar da prestação do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada, previamente, pela AFEAM;

13.25.4. Deverá a Licitante apresentar relação indicativa da composição da equipe com a qual pretende

realizar os trabalhos, apresentando, junto à proposta para fins de alocação ao contrato, “*Curriculum Vitae*” do sócio, diretor, gerente, sênior ou equivalente, o qual será o responsável técnico pelos serviços, devendo este pertencer ao quadro permanente da empresa, e ter experiência comprovada de acordo com o item 13.25 e subitens.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Permitir à CONTRATADA executar o objeto do contrato;
- 14.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a boa e fiel execução do objeto do contrato;
- 14.3. Utilizar os serviços unicamente para os fins estabelecidos neste contrato;
- 14.4. Cumprir todos os compromissos financeiros firmados com a CONTRATADA, efetuando o pagamento nos prazos e condições estabelecidas em contrato, assegurando os recursos orçamentários necessários para custear o Contrato;
- 14.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 14.6. Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 14.7. Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE;
- 14.8. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;
- 14.9. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 14.10. Proporcionar os meios necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas desta Licitação, disponibilizando a documentação e espaço físico necessário à execução dos trabalhos;
- 14.11. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 14.12. Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes;
- 14.13. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- 14.14. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades observadas no cumprimento do contrato e na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 14.15. Não permitir a execução dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas.

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Critérios de Habilitação Jurídica

- 15.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:
 - I. Registro comercial, no caso de licitante empresa individual;
 - II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou cooperativas, no que se aplicar. No caso de sociedades por ações e cooperativas, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
 - III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação

de diretoria em exercício;

- IV. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- V. Nos termos do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971, tratando-se cooperativa, a licitante deverá apresentar Ata da Fundação e Estatuto Social em vigor, com a Ata da Assembleia que o aprovou. O Estatuto deverá comprovar a constituição obrigatória de:
- a) Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10 (dez por cento) pelo menos, das sobras líquidas do exercício, e
 - b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.
- VI. Independente da forma de constituição da empresa licitante, a mesma deverá apresentar documentação pessoal (RG e CPF) de seu(s) representante(s) legal(is):
- a) Para representação por meio de instrumento de procuração, a Licitante deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular, com firma reconhecida, ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome do licitante representado. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia autenticada do contrato social e ou outro documento constitutivo.

15.2. Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

- a) Registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- b) 01 (um) ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por instituição(ões) financeira(s), públicas ou privadas, devidamente autorizada(s) a funcionar pelo BACEN, que possua(m) um patrimônio líquido igual ou superior a **R\$ 56.436.175,33** (cinquenta e seis milhões, quatrocentos trinta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e trinta e três centavos), declarando que a licitante prestou de forma satisfatória serviços de auditoria das demonstrações contábeis, executando contrato por, no mínimo, 12 (doze) meses ininterruptos:
 - b.1) justifica-se a exigência do valor acima indicado, em razão da necessidade de o licitante comprovar que possui adequada experiência técnica prestando serviços em instituições financeiras de porte similar à AFEAM.
 - b.2) ademais, o valor de **R\$ 56.436.175,33** (cinquenta e seis milhões, quatrocentos trinta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e trinta e três centavos) representa 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio de Referência da AFEAM na data-base de 30/08/2022, de modo que tal exigência está em estrita consonância com a Súmula de Jurisprudência do TCU nº 263, com a Súmula nº 24 do TCE/SP e com o Acórdão TCU nº 3.104/2013 – Plenário;
- c) Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se á:

- I. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.
- II. Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por

<p>balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;</p> <p>15.3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação de:</p> <p>a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);</p> <p>b) Caso a licitante não atenda mínimo previsto em qualquer dos índices contábeis previstos na letra anterior, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.</p>
<p>15.4. Regularidade Fiscal</p>
<p>15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:</p> <p>I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;</p> <p>II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,</p> <p>III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).</p>
<p>16.CONTRATO</p>
<p>16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta do Contrato, anexo do Edital de Pregão Eletrônico.</p>
<p>17.CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE</p>
<p>17.1. Não há providências a serem adotadas pela AFEAM, uma vez que a Agência já utiliza os serviços.</p>
<p>18.PENALIDADES</p>
<p>18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:</p> <p>I. advertência;</p> <p>II. multa, na forma prevista neste Contrato; e</p> <p>III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.</p> <p>18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.</p> <p>18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.</p> <p>18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.</p> <p>18.4. A sanção de multa será aplicada na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da “Tabela 1 - Grau de infrações”, respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na “Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau”;</p>

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	04
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais	03
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	02
05	Deixar de zelar pelas instalações da AFEAM utilizadas	03
06	Utilizar as dependências da AFEAM para fins diversos do objeto do contrato	03
07	Retirar das dependências da AFEAM qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato	03
08	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da AFEAM	02
09	Deixar de atender às demandas e solicitações do AFEAM nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados, no Edital e seus Anexos.	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas	01
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE	02
12	Não entregar a amostra do equipamento ou produto, quando solicitado	02
13	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada	04
14	Paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à AFEAM	04
15	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência	04

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.5.A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

19. GARANTIA

- 19.1. A fim de garantir a fiel observância dos serviços prestados e dos termos do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, garantia correspondente a 3% (três por cento) do valor contratado, representada por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 19.2. No caso de garantia em dinheiro, a CONTRATADA deverá depositar o valor referente na seguinte conta da CONTRATANTE: banco: 237 (Bradesco); agência 3734 (Parque Dez); conta corrente nº: 5050-4, enviando o comprovante para o correio eletrônico: nf@afeam.org.br.
- 19.3. Na hipótese de renovação contratual, a garantia deverá ser atualizada e apresentada à CONTRATANTE, no mesmo prazo e percentual estabelecido no caput deste artigo.

- 19.4. A CONTRATANTE estará autorizada a proceder com a retenção preventiva da garantia contratual em função da execução do contrato, quando assim se fizer necessário, para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento contratual da CONTRATADA.
- 19.5. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA se obrigará a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data em que for notificada pela CONTRATANTE.
- 19.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.6.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do contrato, parcial ou total, e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 19.6.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e,
- 19.6.3. Sanções contratuais e legais de qualquer natureza, aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 19.7. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução e expedição do termo de recebimento definitivo do objeto contratual e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.
- 19.8. A devolução da garantia do contrato será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 19.8.1. Atesto do fiscal do contrato na última parcela referente ao serviço prestado ou objeto adquirido pela CONTRATANTE, sem que o mesmo tenha identificado qualquer obrigação pendente por parte da CONTRATADA; e,
- 19.8.2. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA.
- 19.9. O não cumprimento ou atraso injustificado da exigência prevista nos subitens 19.1 e 19.4 ensejará a aplicação de sanções administrativas constantes neste contrato e no RILC da AFEAM.
- 19.10. Poderá ser entendido como não cumprimento da exigência prevista no subitem 19.9, o atraso injustificado na apresentação de garantia que perdure até o limite da multa estabelecida no subitem 18.4 deste Termo de Referência.

19. APROVAÇÃO

- 19.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 22 de agosto de 2022.

<p>_____ <i>Luana Coimbra da Rocha</i> Gerente/GECONT Matrícula: 153</p>	<p>_____ <i>Márcia Melo Pereira Pinheiro</i> Coordenadora/GECONT Matrícula: 168</p>	<p>_____ <i>Fabian Rodrigues Costa</i> Coordenador/GECONT Matrícula: 267</p>
<p>_____ Helyamara Silva de Medeiros Especialista de Fomento/GERAD Mat. 125</p>	<p>_____ Aldamir Gadelha Assessor/GETEC Mat. 254</p>	

De acordo,

Manaus, 22 de agosto de 2022.

Autoridade Máxima da Área de Técnica Responsável

*Raimundo Nonato Rodrigues de Aguiar
Gerente/GETEC
Matrícula: 338*

Aprovo,

Manaus, de de 2022.

Autoridade Competente

*MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente*